

Sylviane Agacinski. 1999. *A Política dos Sexos*. Título original: *Politique des Sexes* (1998). Éditions du Seuil. Tradução: Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta. 121 pp. ISBN: 972-774-036-7.

Assumir a diferença dos sexos é reconhecer a diversidade humana e a exigência de novos modos de partilha que questionem, de forma inequívoca, a supremacia dos modelos masculinos - o que quer dizer que a diferença de género é, intrinsecamente, política. Este é o argumento que atravessa o texto de Sylviane Agacinski. A autora refere que a realidade natural dos sexos não deve ser confundida com a submissão a uma ordem natural. Sendo sempre inscrita numa cultura, a diferença sexual não é neutra. Na verdade, a ilusão da neutralidade constitui uma das fabricações ideológicas do androcentrismo e suas hierarquias de privilégio em favor do homem: 'Por toda a parte, segundo formas variáveis, as relações entre os sexos mostram-se fortemente hierarquizadas e os homens estabelecem o seu poder, ao mesmo tempo que o legitimam, por meio de fundamentos mitológicos, religiosos, filosóficos ou científicos' (p.18). O discurso androcêntrico dissimula a dualidade dos sexos sob uma suposta 'Universalidade' masculina, falando do 'Homem' para designar a totalidade do humano, neutralizando a diversidade entre *homem* e *mulher* inerente à experiência humana da sociedade e da vida.

Este falocentrismo, afirma Agacinsky, opõe o falo à sua ausência e a virilidade fálica à feminidade castrada. A autora contrapõe a esta lógica da privação uma lógica da diferença, mas uma diferença sem hierarquia, que designa de *lógica do misto*. É repensando a mixidade na experiência social da diversidade (e até conflitualidade) do género, que a mulher deixa de ser um ser secundário, afirmando a sua condição plenamente humana, sem castrações ou sentimentos de incompletude e, simultaneamente, consciente da sua finitude como ser humano. O feminismo hoje já não deverá ser, por isso, uma teoria ou política de mulheres, mas uma filosofia da mixidade e da diferença dos sexos, que não é uma hierarquização, segundo os esquemas tradicionais, nem também uma neutralização, segundo a concepção universalista falocêntrica.

A família constitui a estrutura tradicional onde, em particular, se consagra a subordinação da mulher. A exclusão formal do trabalho doméstico gratuito no sistema económico

representa a persistência de uma exploração original e oculta. A autora defende que a reconciliação da vida doméstica com o sistema económico global contemporâneo pressupõe uma mudança nas maneiras de trabalhar no exterior e na própria vida doméstica, através da redução do tempo de trabalho, tanto dos homens como das mulheres. Mas a questão organizante do livro, para estas e outras questões, é a visão de que, na cultura democrática, a igualdade opõe-se à desigualdade e não à diferença. A igualdade entre as pessoas - entre mulheres e homens, nomeadamente - significa a equidade de direitos civis, políticos e culturais e não o facto de essas pessoas serem idênticas umas às outras pela sua natureza ou condição. O progresso da democracia participativa aponta, por isso, no sentido da paridade nas assembleias representativas do ordenamento político e legal, constituindo uma ruptura com a universalização/neutralização masculina da comunidade política, considerando, ao contrário, que os representantes do povo são indivíduos sexuados, masculinos ou femininos, no exercício da vida pública. Sylviane Agacinski defende que a mixidade efectiva das assembleias deve ser o espelho da mixidade da nação.

Neste sentido, a autora analisa o problema das cotas das mulheres nos parlamentos, referindo que a aplicação equitativa de cotas pode revelar-se necessária para contrabalançar desigualdades ocultas ou flagrantes no acesso. Pode também ser útil para instaurar a mixidade onde ela não exista ou no interior de grupos que não são formados segundo critérios de competência, como é o caso das listas eleitorais. Em qualquer situação, o estatuto político das mulheres merece ser interrogado num regime representativo, no qual, apesar de cidadãs, as mulheres desaparecem misteriosamente da representação nacional.

É esta obra que proponho como importante e actual contributo na clarificação e desmistificação das relações entre os sexos e a política. Dada, em particular, a actualidade política do tema das cotas, em vários sectores da sociedade portuguesa, a leitura deste livro permite, entre outras coisas, uma reflexão profunda, abrangente e inteligente de tudo aquilo que está em causa, quando se fala de igualdade de oportunidades.

Eduardo Marques

Instituto Superior Miguel Torga